

volume

27/2

Julho/2022

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

dossiê: Trabalhadores e Trabalhadoras no passado e no presente





**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitora

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora

Ursula Rosa da Silva

Chefe do Gabinete da Reitoria

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Rosane Maria dos Santos Brandão

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Taís Ulrich Fonseca

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Eder João Lenardão (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Prof^a. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Prof^a Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof^a. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Prof^a. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Lorena Almeida Gill, Tamires Xavier Soares, Micaele Irene Scheer

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Sapateiro Volcei da Rosa.
Autor: Vinícius Kusma.

Pareceristas ad hoc:

Alisson Droppa (UNICAMP) | Ana Sosa González (UFPe) | Ariel Salvador Roja Fagundez (IFSul) | Caiuá Al-Alam (UNIPAMPA) | Carlos Eduardo Piassini (Colégio Riachuelo – Santa Maria/RS) | Clarice Speranza (UFRGS) | Charles Pennaforte (UFPe) | Eduardo Palermo

(Centro Universitário Rivera) | Éverton Quevedo (CESUCA) | Frederico Duarte Bartz (UFRGS) | Jonas Vargas (UFPe) | Lisiane Manke (UFPe) | Márcia Espig (UFPe) | Marilis Almeida (UFPe) | Melina Perusatto (UFRGS) | Olíveia Nery (UFPe) | Rodrigo Weimer (UFRGS – FEE) | Tatiane Bartmann (UFRGS) | Wanderlene de Freitas Souza Barros (UFAM)

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2022/1

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online
Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPe/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

* obra publicada em julho de 2022.



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: Trabalhadores e Trabalhadoras no passado e no presente) / Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v. 27, n. 2, jul. 2022. - Pelotas: UFPel/NDH, 2022 – 193 p. ; 1,9 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Trabalhadores 3. História do Trabalho

CDD: 907

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO INTRODUCTION <i>Lorena Almeida Gill Tamires Xavier Soares Micaele Irene Scheer</i>	7
DOSSIÊ: TRABALHADORES E TRABALHADORAS NO PASSADO E NO PRESENTE		
	COMBATE À CARESTIA NAS PÁGINAS DA IMPRENSA NEGRA: JORNAL O EXEMPLO (PORTO ALEGRE, 1917-1919) FIGHTING FAMINE IN THE PAGES OF THE BLACK PRESS: NEWSPAPER <i>O EXEMPLO</i> (PORTO ALEGRE, 1917-1919) <i>Liana Severo Ribeiro</i>	9
	TRABALHADORES E REPRESSÃO NO PÓS-ABOLIÇÃO EM ALEGRETE/RS WORKERS AND REPRESSION IN THE POST-ABOLITION IN ALEGRETE/RS <i>Guilherme Vargas Pedroso</i>	24
	TRABALHADORES NEGROS CRIAM UNIÃO FAMILIAR: REVIVENDO O MAIS ANTIGO CLUBE SOCIAL NEGRO DE SANTA MARIA/RS BLACK WORKERS CREATE <i>UNIÃO</i> FAMILIAR: RELIVING ON THE OLDEST BLACK SOCIAL CLUB IN SANTA MARIA/RS <i>Franciele Rocha de Oliveira</i>	42
	“MAÇAROCA” DESIGUAL: A LUTA DAS TECELÃS DA COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE PELA REMUNERAÇÃO ESTABELECIDADA POR LEI NA DÉCADA DE 1940 UNEQUAL “MAÇAROCA”: THE STRUGGLE OF THE WEAVERS OF COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE FOR THE REMUNERATION ESTABLISHED BY LAW IN THE 1940S <i>Taiane Mendes Taborda</i>	69
	TRABALHO NAS FAZENDAS DE CACAU: NA COSTA DO OURO (GHANA) E NO SUL DA BAHIA (1920-1945) WORK ON COCOA FARMS: IN THE GOLD COAST (GHANA) AND IN THE SOUTH OF BAHIA (1920-1945) <i>Luciane Aparecida Goulart</i> <i>Flávio Gonçalves dos Santos</i>	86

- "MINHA GENTE, VAMOS TODOS RECLAMAR": AS DEMANDAS DA CLASSE
TRABALHADORA DE FLORIANÓPOLIS EM *A VERDADE* (1952-1960)**
"MY PEOPLE, LET'S ALL COMPLAIN": THE DEMANDS OF THE WORKING CLASS OF
FLORIANÓPOLIS IN *A VERDADE* (1952-1960)
Jéssica Duarte de Souza 110

ARTIGOS LIVRES

- AS MEMÓRIAS E SOCIABILIDADES DOS IMIGRANTES BRASILEIROS EM SUAS
CHEGADAS E PRIMEIROS TEMPOS EM TERRAS PARAGUAIAS**
THE MEMORIES AND SOCIABILITIES OF BRAZILIAN IMMIGRANTS IN THEIR
ARRIVALS AND EARLY DAYS IN PARAGUAYAN LANDS
Vanucia Gnoatto 136

- SAÚDE E GÊNERO: O ENFRENTAMENTO CIDADINO EM PORTUGAL ÀS
EPIDEMIAS NA ERA MODERNA LUSITANA E A REPRESENTAÇÃO DO CORPO DA
MULHER**
HEALTH AND GENDER: THE CITIZEN ADDRESS IN PORTUGAL TO EPIDEMICS IN
THE MODERN LUSITANIAN ERA AND THE REPRESENTATION OF THE WOMAN'S
BODY
Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati 155

- O SISTEMA DO PADROADO NA COMARCA DO SERRO DO FRIO: A ATUAÇÃO DO
PADRE SIMÃO PACHECO NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
DA VILA DO PRÍNCIPE, MINAS GERAIS, 1723-1776**
THE PATRONAGE SYSTEM IN THE SERRO DO FRIO COUNTY: THE PERFORMANCE
OF FATHER SIMÃO PACHECO IN THE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO OF THE
VILA DO PRÍNCIPE, MINAS GERAIS, 1723-1776
Danilo Arnaldo Briskievicz 171

"MINHA GENTE, VAMOS TODOS RECLAMAR": AS DEMANDAS DA CLASSE TRABALHADORA DE FLORIANÓPOLIS EM *A VERDADE* (1952-1960)¹

"MY PEOPLE, LET'S ALL COMPLAIN": THE DEMANDS OF THE WORKING CLASS OF FLORIANÓPOLIS IN *A VERDADE* (1952-1960)

Jéssica Duarte de Souza²

Resumo: Sob a perspectiva da História Social, este artigo tem como objetivo analisar as reivindicações da classe trabalhadora urbana de Florianópolis, na década de 1950. Esta pesquisa identificou as demandas de trabalhadores(as) da capital catarinense, a partir de reclamações de leitores(as) publicadas no periódico *A Verdade*, fundado por Manoel de Menezes em 1952, com circulação até 1960. Neste artigo, foram analisadas queixas sobre os problemas coletivos que a população de Florianópolis levou ao jornal, selecionadas entre assuntos que somaram 5% ou mais do total das reivindicações coletivas, todas referentes aos bairros do Distrito Sede da cidade em 1950. Os temas que compuseram a análise, em uma ordem decrescente de reclamações foram: custo de vida, transporte coletivo, problemas nas estradas, saneamento básico, energia elétrica/iluminação e saúde pública.

Palavras-chaves: Classe trabalhadora. Direito à cidade. Reclamações populares.

Abstract: From the perspective of Social History, this article aims to analyze the demands of the urban working class of Florianópolis, in the 1950s. This research identified the demands of urban workers in the capital of Santa Catarina, in the 1950s, from complaints of readers published in the periodical *A Verdade*, founded by Manoel de Menezes in 1952, which circulated until 1960. In this article, complaints about the collective problems that the population of Florianópolis took to the local newspaper were analyzed, selected among subjects that totaled 5 % or more of the total of the collective claims, all referring to the districts of the District Headquarters of the city in 1950. The topics that made up the analysis, in a descending order of complaints, were: cost of living, public transport, road problems, basic sanitation, electricity/lighting and public health.

Key words: Working class. Right to the city. Popular complaints.

Introdução

*Hoje em dia não se pode mais viver,
o preço da carne é de doer.
A COAP chegou, mas não convenceu
no final quem ganhou foi o Eliseu.
A carne nos açougues agora está sobrando,
quarto de boi é mato, o povo fica olhando.
Minha gente, vamos todos reclamar,
pois a carne popular é de amargar.³*

¹ Este texto é uma versão modificada da dissertação intitulada: *O Povo Reclama: queixas sobre a vida urbana de Florianópolis em A Verdade (1952-1959)*.

² Professora de História da rede estadual de Santa Catarina e editora técnica da revista *Retratos da Escola*. Bacharela, licenciada e mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <jds.duartejessica@gmail.com>.

³ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Marcha da Crise. A Verdade*. 28 nov. 1952, capa.

Oswaldo Ladislau da Silva e Helius compuseram a paródia que abre este artigo, a partir da marchinha do carnaval carioca *Marcha do Conselho*. Intitulada *Marcha da Crise*, foi publicada no periódico *A Verdade*, de Florianópolis, do dia 28 de novembro de 1952, e abordava uma das principais questões sociais do Brasil no período, a crise de desabastecimento de carne verde. A paródia mencionou o alto preço da carne vermelha, o descrédito da Comissão de Abastecimento e Preços (COAP) e os lucros de Eliseu Di Bernardi, o “tubarão da carne verde” da capital catarinense. A marchinha fazia um pedido final, para que todos reclamassem da situação, o que, de certa forma, foi feito.

A crise da carne verde, o desabastecimento de gêneros alimentícios, a carestia de vida e problemas da urbe assolavam a população brasileira na década de 1950. Diversas manifestações, de diferentes magnitudes, colocaram questões sobre a vida cotidiana na centralidade de suas demandas. A greve dos 300 mil, ocorrida entre março e abril de 1953, iniciada na fábrica de tecidos Matarazzo e depois disseminada também para as categorias de vidreiros, marceneiros, metalúrgicos e gráficos, tinha como reivindicações iniciais o aumento salarial de 60%, estabilidade no emprego e “exigência de medidas governamentais contra a carestia”. No mesmo período houve a passeata da “panela vazia” com 60 mil trabalhadores e trabalhadoras de diferentes categorias. A passeata obteve simpatia da população, justamente por apontar o sério problema da carestia (NEGRO, SILVA, 2003).

Contudo, a vida cotidiana não apenas figurou a pauta de reivindicações sindicais e/ou organizações de trabalhadores(as), mas deu forma e conteúdo para outras iniciativas de organização coletiva, como as organizações de bairros, tendo os Comitês Democráticos de Bairro, em São Paulo, e as Uniões Femininas, em diferentes municípios do Brasil, como exemplos (DUARTE, 2018; SOARES, 2021). Desse modo, as reivindicações de trabalhadores(as) podem e devem ser percebidas para além do ambiente de trabalho.

Para E. P. Thompson, a classe trabalhadora “faz-se”, com base nas experiências que compartilha e na maneira como se articula contra interesses antagônicos aos seus. Isso ocorre no contexto em que está inserida, ou seja, é uma categoria histórica, sempre em diálogo com a realidade e com um contorno definido por suas lutas (THOMPSON, 1987). Sendo assim, as classes trabalhadoras não se constituem apenas no ambiente de trabalho, uma vez que suas reivindicações por melhorias no espaço urbano e nas condições de vida são compreendidas como conflitos de classe igualmente, exprimindo diferentes concepções e desejos quanto à organização da cidade: são interesses distintos em conflito.

Nesse sentido, esta pesquisa identificou as demandas de trabalhadores(as) urbanos de Florianópolis nos anos 1950 a partir de reclamações de leitores(as) publicadas no

periódico *A Verdade*. O jornal foi fundado na capital catarinense por Manoel de Menezes em 1952 e circulou até 1960. Neste artigo, serão analisadas queixas sobre os problemas coletivos que a população levou ao periódico local, selecionadas entre assuntos que somaram 5% ou mais do total das reivindicações coletivas, todas referentes aos bairros do Distrito Sede da cidade em 1950⁴. Os temas que compuseram a análise, em uma ordem decrescente de reclamações foram: custo de vida, transporte coletivo, problemas nas estradas, saneamento básico, energia elétrica/iluminação e saúde pública. Para identificar as demandas dos(as) trabalhadores(as) urbanos, buscou-se evidenciar os conflitos entre os diferentes projetos de cidade demonstrados pelas queixas, percebendo-as como estratégias da classe trabalhadora para alcançar seus direitos. Contudo, a complexidade do meio de veiculação das queixas, um jornal com pretensões políticas de cunho conservador, não deixou de ser abordado.

O mundo do trabalho republicano na capital catarinense é algo pouco explorado, um dos motivos desta lacuna reside no quadro local das iniciativas econômicas. No pós 1945, a fumaça das chaminés das fábricas era o principal termômetro do desenvolvimento, já que a industrialização era o grande projeto econômico nacional. Mas Florianópolis não seguiu esse caminho. No levantamento do Anuário Estatístico de 1945, das 21 capitais arroladas, sua posição era a terceira, com menor número de estabelecimentos industriais – 13 indústrias, contando com 530 trabalhadores(as).⁵ O setor comercial, de prestação de serviços, de profissionais liberais e sobretudo o Estado, através de empregos públicos, eram considerados a principal dinâmica de trabalho. Não havia um ramo econômico forte que fomentasse a maior parte dos empregos, e as ocupações da classe trabalhadora de Florianópolis eram variadas. Esse aspecto dificulta o mapeamento dos indivíduos e seu cotidiano nos ambientes de trabalho. Além disso, é possível que a ausência de estudos sobre o tema faça parte de um projeto local elitista de memória. A organização de alguns acervos é um dos sintomas⁶.

⁴ Estreito, Saco dos Limões, Pantanal e Trindade e Centro.

⁵ Para comparação, em Curitiba 173 estabelecimentos foram indicados, com 8.890 trabalhadores(as); em Porto Alegre havia 401 indústrias, com 22.188 trabalhadores(as). BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro:** Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1946. p. 365.

⁶ Os processos trabalhistas de Florianópolis – documentação da Justiça do Trabalho amplamente utilizada em pesquisas sobre trabalhadores(as) no Brasil – estão dispostos em quatro caixas no Memorial do TRT-12 (Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - SC). Todos os processos desde 1941, das três instâncias de julgamento (Junta de Conciliação e Julgamento, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho), estão nestas poucas caixas. Ao analisá-los, fica claro que houve uma seleção (cujos critérios não estão disponíveis no acervo), na qual apenas alguns processos foram conservados. O acervo do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) de Santa Catarina, outra documentação rica para estudar as estratégias de luta dos(as) trabalhadores(as), simplesmente sumiu. Há rumores de que a documentação foi perdida nas intensas chuvas dos anos 1980 ou mesmo que tenha sido incinerada.

Se os(as) trabalhadores(as) de Florianópolis encontravam uma dinâmica empregatícia distinta daquela do projeto nacional, isso não acontecia com o planejamento urbano. O processo de urbanização brasileiro é caracterizado pela expulsão da pobreza do centro da cidade, e em Florianópolis não foi diferente. Uma série de políticas públicas de regulação do espaço da urbe foram implementadas ao longo do século XX. Demolições de prédios residenciais acessíveis à classe trabalhadora aumentaram consideravelmente a partir de 1905. Práticas e hábitos da população mais pobres foram paulatinamente proibidos, como a criação de animais para consumo próprio em residências no perímetro urbano. O processo de urbanização se intensificou com uma série de obras e a própria legislação na década de 1920. Duas obras específicas foram fundamentais: a inauguração da Ponte Hercílio Luz (1926), que transformou a dinâmica da cidade com o acesso terrestre entre a Ilha e o Continente, e a Avenida do Saneamento (1922), atual Avenida Hercílio Luz. Ambas marcaram o auge do processo de expulsão da parcela mais pobre da população da área central, empurrada para os morros de Florianópolis e regiões mais distantes do centro (SANTOS, 2009, p. 582). Essas práticas ocorreram sob a égide da saúde pública, embelezamento e modernização da cidade.

A partir da década de 1950, novos projetos deram continuidade ao processo de urbanização iniciado décadas antes no Brasil. A expulsão das classes trabalhadoras dos centros das cidades continuou, mas com os novos contornos do nacional-desenvolvimentismo. Tais reformas se ligavam ao crescimento imobiliário e à expansão em grande escala dos investimentos capitalistas. A lógica da produção pautava o planejamento do solo urbano e, nesse sentido, Florianópolis se concentrava em superar a imagem de “local atrasado” e “fora do progresso” por não ser industrializada. As feições do município se modificavam em função do aumento populacional e da ampliação de seus limites urbanos⁷, período em que foi elaborado o primeiro Plano Diretor da Cidade de Florianópolis.

Na década de 1950, os projetos de desenvolvimento econômico para a capital catarinense estavam em disputa, pois o caminho da industrialização não era consenso, e o turismo também era considerado uma alternativa (LOHN, 2007, p. 306), nesse momento ainda não estava claro quando se iniciaram os investimentos mais robustos dos empresários no ramo do turismo e no capital imobilizado (aqui, empresários e líderes partidários se confundem). A temática ganhará contornos de um projeto estatal, sobretudo na década de

⁷ A população absoluta do município em 1940 era de 46.771 habitantes; em 1950, era de 67.630 habitantes. Em 1944, o Distrito do Estreito (que crescia consideravelmente) foi anexado a Florianópolis; os bairros do Pantanal, Saco dos Limões e Trindade passaram a pertencer ao Distrito Sede de Florianópolis em 1950.

1970, quando se consolida. O turismo então passou a ser visto como o principal vetor de desenvolvimento econômico, e a terra como a mercadoria mais importante de Florianópolis (LOHN, 2016).

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo entender as reivindicações dos(as) moradores(as) da cidade neste contexto em que a dinâmica da urbanização colocava os interesses rentáveis como o principal fator para o desenvolvimento de políticas urbanas. A cidade aqui não é compreendida apenas pela delimitação espacial, mas de acordo com as características apontadas por Raquel Rolnik (2012, p. 8-21), que a descreve como “um campo magnético que atrai, reúne e concentra”. A imagem considera que a vivência nas cidades implica necessariamente em viver de forma coletiva, sendo indissociáveis a existência material e a política. Portanto, as cidades são, antes de tudo, arenas de conflitos.

O recorte temporal se fez em função do contexto de ampliação de pautas e reivindicações dos bairros urbanos. O final da Segunda Guerra Mundial deixou marcas sociais e econômicas no mundo. No Brasil, o evento veio acompanhado pelo fim do Estado Novo e a consequente abertura para um período democrático. Mesmo com limites nessa democracia e resquícios do autoritarismo, a sociedade brasileira assistiu a avanços sociais e ao alargamento da participação popular na política. Essa expansão ocorreu de muitas formas, como voto, movimentos grevistas, emergência de organizações de bairros e partidos políticos classistas, que eclodiram nos grandes centros urbanos e se expandiram para todo o território brasileiro nos anos posteriores. O cenário também está atrelado a embates partidários e seus protagonistas, que precisavam conquistar e disputar o eleitorado. As reclamações da população via imprensa aqui estudadas integram esse quadro de ampliação da participação popular na esfera pública, a partir desse momento, tornou-se mais comum a presença de colunas com queixas de leitores/as nos jornais brasileiros. E, a análise do periódico *A Verdade* aponta, esse também era um meio efetivo de manifestação, ao efetuarem as queixas quanto aos problemas que encontravam no cotidiano, as pessoas reivindicavam seus direitos políticos.

"Os justos reclamos do povo"

Em abril de 1955, um morador da Rua Manoel de Oliveira Ramos, no Estreito, bairro continental de Florianópolis, reclamava sobre as condições do logradouro, que tinha buracos tão grandes que “até um homem pode esconder-se dentro”.⁸ Não havia automóvel

⁸ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. O Povo Reclama. **A Verdade**. 18 abr.1955, p. 5.

que subisse a rua, condição agravada quando algum morador enfermo necessitava de traslado para atendimento médico. Deficitária, a região também não contava com água encanada nem energia elétrica. O morador pedia ao prefeito Osmar Cunha, do Partido Social Democrático (PSD), que intercedesse a favor do populoso e precário bairro. Por conta dessa precariedade e, sobretudo, do aumento populacional, os bairros continentais eram peça importante do debate político. Os(as) moradores(as) do Continente correspondiam a 26% dos eleitores da capital e conheciam sua força eleitoral.

Os problemas citados pelo morador da Rua Manoel de Oliveira Ramos eram consequência de uma série de fatores e inserem-se num processo nacional de urbanização do período. Nos anos 1950, o rápido crescimento populacional foi um agravante à falta de planejamento para a região e todo o município, alterando alguns cenários e hábitos, principalmente na região central. O Brasil assistia então ao início de um processo migratório intenso, quando muitas pessoas saíram de regiões rurais para viver nas capitais e centros urbanos. Apesar de ser um país predominantemente rural, com 63,84% dos habitantes nessas áreas, o crescimento da população urbana foi de 79,2% (tornando-se majoritária na década de 1970), enquanto a rural cresceu 17,7%. A região Sudeste foi a que mais recebeu migrantes, oriundos em grande parte da região Nordeste. Este evento está ligado ao processo de industrialização promovido por Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). Por ser a região com mais infraestrutura e a mais industrializada, o Sudeste atraiu milhares de pessoas, sendo São Paulo o centro deste processo.⁹ Desse modo, as capitais do país, em proporções e fenômenos diferentes, tiveram um inchaço populacional provocado não apenas pelo êxodo rural, mas também pelo do aumento demográfico ocorrido em todo o país. Estes acontecimentos repercutiram na capital catarinense nas proporções de um município pequeno. O crescimento populacional se deu de maneira paulatina, tornando-se mais visível a partir da década de 1940 e intensificando-se nas décadas posteriores.

Neste cenário brasileiro, após 1945, a política passou a ter cada vez mais espaço no debate público, sendo discutida nos cafés, padarias, bares, transporte público e tantos outros locais em que as pessoas transitavam. A imprensa certamente exerceu papel fundamental nessa dinâmica. Com a abertura política após o Estado Novo e o fim da censura, os meios de comunicação noticiavam ainda mais as manifestações e conteúdos políticos, em alguns casos, se posicionando abertamente. A ampliação de acesso à informação, a liberdade

⁹ “Esse deslocamento, também chamado de êxodo rural, provocou a mudança de um modelo agrário-exportador para um modelo urbano-industrial [...] Além da industrialização, também esteve associado a esse deslocamento campo-cidade, dois outros fatores, como a concentração fundiária e a mecanização do campo” (GIRARDI, 2018).

de expressão e o pluripartidarismo garantidos na Constituição de 1946 auxiliaram a construção de um jornalismo opositor e opinativo, tendo a política como principal pauta (BAHIA, 1990). A política como assunto em jornais não era novidade, esteve presente desde o surgimento da imprensa periódica. A mudança que se operou no contexto analisado refletiu-se na forma e na intensidade de veiculação dessas informações (AREAS, 2012, p. 2).

É nesse contexto em que o periódico *A Verdade* se insere. Fundado em 1952, editado em Florianópolis, iniciativa individual e centralizada em Manoel de Menezes, proprietário do jornal, o periódico orgulhava-se de se definir como independente, sem laços com partidos ou interesses políticos. As principais pautas eram a política e as condições da vida urbana. As reportagens tinham quase sempre um tom de denúncia – contra políticos tradicionais do município ou do estado, geralmente associadas a desvios de dinheiro público – ou eram relatos sobre custo de vida e precariedade dos serviços urbanos. Para construir essas notícias, o jornal abriu a redação para receber reclamações dos moradores. Essa atitude e a linguagem veiculada agitaram o cenário da imprensa de Florianópolis.

As reivindicações das pessoas deram origem a coluna *O Povo Reclama*, publicada quinzenalmente, a página e o espaço ocupado no periódico variavam, mas geralmente comportavam mais de uma reclamação por edição. As reivindicações continham nome e endereço dos(as) autores(as) e eram recebidas de três formas: por carta, telefone ou diretamente na redação do periódico – modalidade mais procurada. A redação localizava-se na Rua Conselheiro Mafra, na região central de Florianópolis, onde se concentrava o comércio, local de fluxo intenso de pessoas e onde a classe trabalhadora transitava com frequência. A localização da redação e a possibilidade de se fazer uma queixa diretamente no local facilitava a procura, pois a carta e o telefonema geravam custos, demandavam habilidades de leitura e escrita e necessitavam uma organização prévia. Já passar pela Rua Conselheiro Mafra era mais simples e fazia parte da rotina diária de muitas dessas pessoas. As reivindicações eram publicadas sem custos ao reclamante.

A Verdade inaugurou em Florianópolis esse modelo jornalístico com espaço específico para as reclamações dos(as) leitores(as), no qual a população protagonizava os debates. Essa prática era comum nos jornais brasileiros dos grandes centros urbanos, tornando-se mais comum a partir da segunda metade do século XX, momento em que as pautas de bairro ganharam visibilidade em todo o território brasileiro. O custo de vida era a principal pauta de apelo popular do periódico, rendendo a Manoel de Menezes a imagem de porta-voz da classe trabalhadora da cidade, de "amigo da pobreza". A imagem foi cuidadosamente construída e o auxiliou na construção de uma carreira política, contrariando

sua afirmação inicial de desinteresse pelo tema.

Nesse sentido, seria ingênuo não perceber que esse espaço de abertura à classe trabalhadora sempre esteve carregado de interesses. Percebe-se que havia limites na publicação dessas reclamações, que passavam por um crivo da direção do jornal e provavelmente eram excluídas quando diferiam dos posicionamentos desta. É importante destacar que as pessoas compreendem o papel esperado delas nos diferentes espaços em que se manifestam. Nesse sentido, é possível que os(as) moradores(as), de algum modo, endossassem os posicionamentos do jornal em suas queixas sabendo das maiores possibilidades de publicação, e por consequência, maiores chances de que o problema fosse resolvido ou ao menos que entrasse para o debate público. Por outro lado, é certo que as queixas não eram forçadas, e a própria seleção para a veiculação não poderia ser rigorosa ao extremo, afinal, o jornal almejava respaldo como espaço legítimo para as reclamações da população. As pessoas também exerciam força nessa relação, utilizando o periódico de forma efetiva para manifestar suas insatisfações. Dessa forma, o estudo das queixas se deu observando o protagonismo dos(as) reclamantes e centrando a análise no conteúdo das queixas.

Os(as) leitores(as) levavam reclamações sobre diversos temas ao jornal, desde reivindicações de melhorias para seus bairros até brigas com comerciários e vizinhos. Por esse motivo, as queixas foram aqui divididas em duas categorias para facilitar a análise: reclamações pessoais e reivindicações coletivas. As reivindicações coletivas eram realizadas por indivíduos ou grupos de pessoas, mas sempre se referiam a problemas coletivos que, se resolvidos, beneficiariam não apenas os(as) reclamantes, mas um grupo, geralmente um bairro. Para as queixas realizadas em grupo, certamente havia uma organização prévia nas comunidades, tanto sobre o problema em questão, como também para um consenso quanto ao canal a ser utilizado para a denúncia. De todas as queixas veiculadas em *O Povo Reclama*, 76% eram coletivas. Considerando os objetivos deste texto, a análise será restrita das reclamações de caráter coletivo. Conforme já apontado, os problemas mais recorrentes na coluna *O Povo Reclama* foram o custo de gêneros alimentícios, transporte coletivo (custo e má qualidade), pavimentação das ruas, saneamento básico, energia elétrica/iluminação e saúde pública, os quais serão analisados nas próximas linhas.

Em janeiro de 1955, o operário Pedro Paulo, que residia na Prainha, lamentou as dificuldades pelas quais os(as) trabalhadores(as) da cidade passavam por conta do custo de vida, tão desproporcional em relação ao baixo salário. No resumo da reclamação, o operário fez um apelo ao novo prefeito de Florianópolis, Osmar Cunha (PSD), para que

cuidasse do que realmente importava: a fome do povo.

Diz o reclamante que indo ao mercado no dia 26 de dezembro último, foi obrigado a voltar para sua casa sem nada levar, muito embora tenha encontrado várias coisas expostas a venda. Diz ele que encontrou carne podre, com cheiro bastante desagradável a Cr\$ 25,00 o quilo; carne de porco na mesma situação a 35 cruzeiros o quilo; um repolhinho mirrado murcho, amarelado já de tanta velhice pelo preço de 10 cruzeiros e outras mercadorias em situações e preços que são verdadeiros atentados a dignidade, a saúde e higiene do nosso povo. Apela o queixoso, em sua carta onde faz um resumo total do difícil balanço que da todos os meses entre seu minguado salário e os astronômicos preços dos gêneros alimentícios, para o Sr. Osmar Cunha, afim de que este senhor, na qualidade de Prefeito da Cidade, se interesse mais um pouco por esse caso, que diga-se de passagem, é o que atualmente mais atormenta a nossa gente. É bem verdade que precisamos de ruas calçadas, asfaltadas e tudo mais. Porém, precisamos também de alimentos ao alcance da nossa boca.¹⁰

A realidade relatada por Pedro Paulo não poderia ser atribuída à gestão do prefeito que mal havia assumido o cargo. A alta nos preços dos gêneros alimentícios, mais especificamente da carne verde, era denunciada no jornal desde seu lançamento, em 1952, e o problema não assolava apenas Florianópolis. O que a queixa de Pedro Paulo enfatiza, no entanto, é sua desaprovação em relação à prioridade definida pelo novo prefeito, ou seja, asfaltar as estradas antes de se ater ao problema do custo de vida. Aqui, o operário deixava claro o conflito entre o projeto político que defendia e o executado por Osmar Cunha.

No dia 28 de setembro de 1953, uma extensa reportagem trazia a denúncia de que "os tubarões da cidade" queriam desgraçar ainda mais a vida do pobre, com o anúncio de outro aumento do preço da carne verde. De acordo com o periódico, a COAP, ao invés de regular os preços, atuava como aliada dos "tubarões". O foco da matéria era a carta do leitor Pedro Martins, que relatava a angustiante situação dos trabalhadores com os constantes aumentos.

Como é que os pobres podem viver? A dezesseis cruzeiros o quilo, muitos não podem comparar. Como é que ainda querem aumentar o preço? Será que só os ricos é que podem comer? Onde está o governo que não vê essa barbaridade? Do jeito que está indo o Departamento de Saúde terá que ser aumentado, pois dessa maneira o povo fica todo fraco. Que vergonha! Que abuso! Não tem ninguém quem mande a não ser os carnicheiros? A pobreza de nossa terra então não pode mais comer carne verde? O governo está de barriga cheia e por isso não se interessa pelo povo. Ele só quer o povo para votar. Quando ele está no puleiro, não liga mais. Besta é quem vota para ele. Se em nossa terra existe tanta doença,

¹⁰ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. O Povo Reclama. **A Verdade**. 10 de jan. 1955. s/p.

é devido a carestia de vida. Só o governo é que não vê isso meu Deus? Será que ele só quer vantagem para ele e para a gente dele? [...] Onde é que já se viu essa vergonha da carne subir? Os pobres já estão ficando tudo fraco e vão acabar morrendo tudo. As doenças aumentam assustadoramente porque o pobre está fraco. Será que o governo não vê isso? Como amigo eu lhe peço por favor, bote essa verdade no seu jornal, que é o único defensor que temos, porque nesta cidade não tem ninguém quem mande.¹¹

A carta de Pedro Martins reforça a imagem construída por Manoel de Menezes, como sendo o único defensor dos pobres. O homem lamentou pelos preços abusivos da carne quando quem estava na prefeitura era Paulo Fontes e claramente criticou o governo estadual de Irineu Bornhausen, que indicou Fontes à prefeitura. O jornal se posicionava a favor das palavras de Pedro, mas direcionou sua crítica à COAP, acusando-a de não considerar a situação dos mais empobrecidos ao conceder aumentos no preço da carne, pois “a última vez que a COAP se pronunciou em pedido idêntico, o fez de forma a mais desastrosa possível, pois concedeu o aumento pleiteado em bases maiores que as requeridas pelos interessados”.¹²

A Comissão de Abastecimento e Preços (COAP), responsável pelo tabelamento de preços de gêneros de primeira necessidade, foi um órgão bastante criticado em todo o território brasileiro. Criada pela Lei Federal 1.522 de 26 de dezembro de 1951, a COAP autorizava “o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo” (BRASIL, 1951). O governo poderia intervir em compra, distribuição e venda de alguns itens básicos para a população, tabelar preços, controlar o abastecimento e desapropriar bens por interesse social. Para a execução da Lei criou-se a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), que atuaria com órgãos auxiliares nas capitais (COAP) e, em cada município, com a Comissão Municipal de Abastecimento e Preços (COMAP). A criação dessas comissões reguladoras de preços de gêneros de primeira necessidade integrava uma série de políticas do presidente Getúlio Vargas visando conter o elevado custo de vida, cada vez mais problemático para a população brasileira. As comissões, porém, não cumpriram as expectativas e pouco influenciaram na questão da carestia.

Em Santa Catarina, a COAP foi instalada em 14 de agosto de 1952, no centro de Florianópolis, com discurso inaugural de Apolônio Teófilo Bouret, presidente do órgão.¹³

¹¹ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Os tubarões querem desgraçar ainda mais a vida do pobre, mas dessa vez a famigerada COAP irá se dar mal. **A Verdade**. 28 de set. 1953. s/p.

¹² Ibidem.

¹³ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Comissão de Abastecimentos e Preços

E desde então, foi tema recorrente nas páginas de *A Verdade*, tanto em reportagens quanto nas reclamações elaboradas pelos(as) leitores(as). Nas primeiras edições, o periódico já cobrava um posicionamento da instituição quanto aos preços de remédios e do pão em Florianópolis, relatando abusos nos valores. Nesses primeiros episódios, o órgão chegou a responder o jornal, que publicou as respostas, mas acompanhadas de mais críticas e dúvidas quanto à eficácia da instituição. As acusações contra a COAP continuaram até os últimos meses de funcionamento do jornal, sempre afirmando que a Comissão estava ao lado dos "tubarões" da cidade e que suas ações visavam "desgraçar a vida do povo".¹⁴

A COAP não foi alvo apenas do periódico de Manoel de Menezes, pois praticamente todos os jornais da cidade manifestaram insatisfação com a Comissão. Muitos órgãos noticiosos de Florianópolis teceram duras avaliações ao seu desempenho e até mesmo puseram em questão a validade de sua atuação.¹⁵ *A Verdade*, nesse sentido, fez parte do coro da imprensa de Florianópolis e foi um dos mais assíduos críticos do órgão.

A COAP também enfrentou resistência em outras capitais do país, a própria COFAP, órgão ao qual a COAP era subordinada, esteve envolvida em diversas polêmicas, sobretudo de corrupção, como no caso ocorrido em 1953, em que seus funcionários foram acusados de facilitação em contrabando de veículos. Uma das responsabilidades da COFAP era proporcionar a importação de veículos que pudessem ser utilizados na produção e distribuição de bens de consumo essenciais. Na década de 1950, a COFAP foi citada em 138 discursos de senadores, majoritariamente de forma crítica, e em 1959, tramitou um projeto para sua extinção, assim como a de seus órgãos auxiliares (NETO, 2011, p. 5). A COAP do Amapá, por exemplo, instituída em 1952, sempre concedia o aumento de preço do gado em pé solicitado pelos pecuaristas (LOBATO, 2013, p. 9); em Pernambuco, o órgão nada fez quanto ao problema de abastecimento e aumento do preço do leite (RAMOS, 2010, p. 6); já a imprensa do Rio Grande do Sul via o órgão como uma "máquina ineficiente", com acusações de favoritismos políticos (PUREZA, 2016, p 182).

Contudo, no que se refere as queixas sobre o custo de vida, chama atenção a proporção de reclamações do preço da carne bovina, houve casos similares em outros locais do país no mesmo período, mas, neste caso, trata-se de uma cidade litorânea. Essas queixas vinham do Distrito Central de Florianópolis. Considerando o aumento populacional na

em Santa Catarina. **A Gazeta**. 22 de ago. 1952.

¹⁴ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Os tubarões querem desgraçar ainda mais a vida do pobre. **A Verdade**. 28 de set, 1953, s/p.

¹⁵ Os jornais *Diário da Tarde*, *A Gazeta*, *O Tempo* e *A Evolução* também publicaram críticas à COAP, de acordo com pesquisa em ao menos um mês de publicação de cada periódico, entre os anos de 1952 e 1953.

região na década de 1950, com muitas pessoas vindas de regiões rurais de municípios vizinhos, os hábitos alimentares que possuíam não incluíam o consumo diário de peixe. Porém, é certo que as exigências de preços mais acessíveis e por disponibilidade do produto no mercado não vinham apenas dos migrantes, pois o fato de a população nativa da região ter o peixe como base importante da alimentação não significa que esta não se importasse com a falta de carne bovina ou com a alta de seu preço. Afinal, a carne também era um alimento simbólico, produto que contrastava com a extrema precariedade e era associado à confraternização.

Na década de 1950, por conta da urbanização, a pesca havia se modificado na região central de Florianópolis. Nas décadas anteriores, era comum a existência de agricultores-pescadores, que plantavam durante o ano e pescavam na temporada de inverno. Com o adensamento urbano e o crescimento da cidade, muitas pessoas passaram a comprar estes artigos. Tanto que o preço do peixe também era objeto de muitas reclamações. Certamente ainda havia pessoas que exerciam a atividade da pesca e do plantio em paralelo, mas o número já se reduzia.

De todo modo, a pesca sempre foi a principal atividade do interior da ilha e não do centro, mas mesmo nesses locais a mudança na tecnologia de trabalho dificultava a pesca artesanal, e isso repercutia também na região central. A inserção de embarcações e redes para a pesca gerou reclamações de pescadores do interior da ilha. Esse modelo de pesca era realizado em alto mar e poucos cardumes chegavam à costa. De acordo com a característica da Ilha, os cardumes chegam primeiro nas regiões norte e sul e em menor número no centro, portanto, se nos lugares de maior fluxo esses “barcos modernos” já “levam todo o nosso peixe”,¹⁶ na região central, a pesca estava ainda mais difícil. Apesar da proximidade com o mar, o acesso ao peixe também não era tão fácil.

O cenário a partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo, é emblemático para compreender o problema do desabastecimento e, sobretudo, do custo de vida. O esforço de guerra lançado à sociedade brasileira após o país entrar no conflito, em dezembro de 1942, tornou o parco orçamento dos trabalhadores ainda mais diminuto, e o custo de vida cada vez mais elevado. Apesar da política de congelamento de preços, como no caso dos aluguéis, e do reajuste salarial adotado por Vargas, esses mecanismos foram constantemente burlados, e a classe trabalhadora via pouco esforço político para a resolução da situação de precariedade em que se encontravam (PUREZA,

¹⁶ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Pedem socorro milhares de “naufragados” que deram na Praia dos Ingleses. **A Verdade**. 30 de ago. 1954, capa.

2016, p. 22). A Constituição havia sido suspensa, assim como muitos dispositivos da legislação trabalhista. Mecanismos de disciplina e controle foram adotados, tornando as condições de trabalho mais deficitárias (DUARTE, 2018, p. 25-30). Essa conjuntura deixou a sociedade brasileira na miséria. Após o encerramento do conflito mundial, políticos e empresários perceberam o custo de vida como pauta emergencial, pois o risco de convulsão social era iminente e o crescimento das organizações de trabalhadores tornava o quadro mais instável. Greves de categorias inteiras começaram a ser organizadas, reivindicando melhores condições salariais e de trabalho.

O custo de vida foi um dos principais motivadores de insurreições populares após 1945, que se estenderam até a década de 1960. Nesse período, as “determinações domésticas passaram a invadir o espaço público” (THOMPSON, 2001). Sydenham Lourenço Neto (2011, p. 3) explica que a reação popular quanto à crise de abastecimento passou a ser mais visível na década de 1950, quando jornais de diferentes locais do país passaram a registrar a demanda por carne, arroz, feijão, leite e trigo. Em Belo Horizonte, houve um quebra-quebra em 1952 por conta deste desabastecimento, e no Rio Grande do Sul, houve um comício em Porto Alegre contra o preço da carne, uma manifestação com ação violenta da polícia no município de Rio Grande e uma “greve branca” de boicote aos açougues convocada pelos vereadores de Santa Maria (PUREZA, 2016, p. 159). A crise de abastecimento de gêneros alimentícios também gerou quebra-quebra em Fortaleza em 1958, e protestos contra o custo de vida em Curitiba e Niterói, em 1959 (NETO, 2011, p. 4). Essa é apenas uma parcela do quadro de manifestações contra o desabastecimento de gêneros alimentícios e a majoração do custo de vida.

Uma das hipóteses de Lourenço Neto (2011) para o agravamento da crise no abastecimento de produtos alimentares seria o incentivo à industrialização no Brasil, com o nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Para o autor, o intenso êxodo rural contribuiu para desestruturar a produção agrícola, que ainda não havia passado por um processo de modernização, exatamente em um momento de maior demanda. Ao analisar as atas da câmara de vereadores de Porto Alegre de 1947 a 1964, Fernando Pureza constatou que o custo de vida foi *o único* assunto abordado em todo o período pela câmara (PUREZA, 2016, p. 123). Nacionalmente, políticas foram elaboradas na tentativa de solucionar o problema, como a Lei 1.521, de dezembro de 1951, a chamada “lei de economia popular”; esta criminalizou algumas práticas, como a venda de produtos acima do tabelado – incluindo os alugueis –, a sonegação de mercadorias, a mistura de substâncias impuras nos produtos, entre outras práticas. A lei foi uma das apostas de Getúlio Vargas para

arrefecer os problemas causados pela carestia. A questão havia sido abordada com tom de preocupação em seu discurso no dia 1º de maio de 1951, no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro. A criação de comissões de preços, que atuariam em todo o território nacional, e o reajuste do salário mínimo em 1954, com João Goulart no Ministério do Trabalho, também foram políticas adotadas por Vargas com o objetivo para sanar o problema (PUREZA, 2016b, p. 198).

Protagonistas nas páginas de *A Verdade*, nas reclamações sobre custo de vida os(as) leitores(as) geralmente questionavam o governo pela falta de soluções. Na introdução de *Queixas do Povo*, José Murilo de Carvalho classificou as queixas publicadas no *Jornal do Brasil* em duas categorias: reclamação *ao* governo e reclamação *do* governo. As reclamações direcionadas ao governo eram solicitações que os leitores faziam ao órgão; já as reclamações do governo eram críticas à má gestão e às falhas na regulação de seus deveres. Murilo de Carvalho sublinha que as reclamações não questionavam o fato de essas atividades pertencerem ao governo, ao contrário, achavam necessário que a gestão de bens de consumo coletivo ficasse sob responsabilidade do Estado, e que este deveria exercê-la com justiça. Sendo assim, a insatisfação recaía numa regulação injusta do governo e não nas atividades em si (SILVA, 1988, p. 21). Nas queixas de *A Verdade*, também é possível perceber a existência de reclamações *ao* governo e reclamações *do* governo, porém, estas últimas se sobressaíam. As queixas geralmente apontavam as falhas da administração governamental e também sua omissão na resolução de problemas, mesmo quando era procurado para tal, quase nunca requeriam ajuda do governo.

O quadro das queixas do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, é diferente, pois o objetivo da maioria das reclamações não era criticar o poder público, mas “convidá-lo a agir a seu favor”. As reclamações *ao* governo também foram superiores nos periódicos *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, entre os anos de 1928 e 1935. De acordo com a análise de Alexandre Matos (2012), essa categoria somou 55% das queixas, enquanto as reclamações *do* governo foram 19%.¹⁷ Nos jornais de Porto Alegre as queixas também se referiam majoritariamente a problemas urbanos, custo e abastecimento de gêneros alimentícios, sobretudo da carne e do leite.

O que pode ter provocado o diferencial de *A Verdade*? Por que quase 90% das queixas coletivas eram reclamações *do* governo? O seu posicionamento e a posterior trajetória

¹⁷ Matos acrescentou outra categoria na classificação de Eduardo Silva, reclamações contra pessoas ou empresas, com 26%. Essas eram sobre pessoas, estabelecimentos e empresas de prestação de serviço (MATOS, 2012).

política do proprietário certamente influenciaram nesse cenário. Desde o início de sua circulação, *A Verdade* apresentou uma linguagem áspera ao fazer críticas às figuras governamentais da capital e do estado, tornando-se opositor direto do prefeito. É possível que as pessoas enxergassem o jornal como um canal de crítica ao governo, portanto, se dirigiam ao periódico para isso, enquanto recorriam a outros meios para solicitar intervenção governamental.

Essa questão leva a outro ponto de diferença entre o periódico de Florianópolis e os de Porto Alegre e o Rio de Janeiro: o período em que as reclamações ocorreram. O estudo da coluna *Queixas do Povo*, publicado no *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, trata da primeira década do século XX, numa república ainda incipiente. A análise elaborada por Alexandre Matos sobre as colunas de reclamações dos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, compreenderam os anos de 1928 a 1935, final da Primeira República e início do governo Vargas.

O contexto de 1950, em que *A Verdade* surge, é outro. Com a expansão da participação popular nas eleições e a ampliação das eleições diretas para todos os cargos, a relação entre os políticos e as pessoas mudou, tornando-se necessária a criação de canais diretos entre eles. No âmbito municipal, muitos vereadores atuavam como mediadores entre a população e a esfera pública, ouvindo e recebendo demandas de determinados locais e levando-as para discussões na Câmara, na tentativa de resolver o problema e ganhar credibilidade em uma comunidade, de acordo com a figura do “político mediador” (KUSCHNIR, 2000, p. 50). Os locais e as formas de luta por direitos estavam mais amplos e difundidos, não se restringindo apenas à esfera governamental. Ouvidorias, instituições religiosas e organizações populares eram algumas das alternativas.

Portanto, a população de Florianópolis reclamava ao governo, mas o meio utilizado não era o jornal, eles podiam fazê-lo diretamente a figuras do governo, como foi o caso de moradores(as) do bairro Pantanal, que solicitaram o prolongamento da rede elétrica, num abaixo-assinado entregue ao vereador Rafael Di Giacomo, do PSD, eleito em 1950, em março de 1952.

Exm. Sr. Vereador Rafael Di Giacomo,
Os abaixo-assinado, moradores no Pantanal, sub-distrito de Saco dos Limões, vem respeitosamente solicitar a Vossa Excelência, que tão dignamente representa esse recanto do nosso Município, se digne fazer um apelo aos poderes competentes para ser estendida na rua até o Morro da Gema do Ovo, a rede elétrica, com a colocação de alguns postes e as respectivas lâmpadas, pois o local

é escuro e os transeuntes, à noite, sofrem, às vezes, ameaças de desconhecidos.¹⁸

Destinar abaixo-assinados aos setores públicos como mecanismo de reivindicação coletiva era algo usual. As pessoas utilizavam diversos meios na busca por direitos que percebiam ser negados. Residentes de determinado bairro recorriam aos vereadores locais para intermediar suas demandas nos debates da Câmara Municipal e encaminhá-las ao governador.¹⁹ Esses sujeitos estavam dialogando e lutando pelos espaços públicos, ocupando uma entre as várias facetas políticas da cidade. Suas vozes, por mais que não ecoassem de maneira tão vívida, não podiam mais ser silenciadas em meio às diferentes instituições políticas, religiosas e da imprensa.

Nas páginas de *A Verdade*, as reclamações sobre energia elétrica somaram 10,34%, com auge em 1952. Essas queixas se referiam à energia das casas, mas principalmente à falta de iluminação pública. Questões como demora na ligação elétrica e falta de lâmpadas em postes de ruas integravam o assunto. Em outubro de 1952, após ser procurado por outro grupo de moradores(as) do bairro Pantanal, *A Verdade* publicou a matéria *Incrível, Pantanal ainda sem luz elétrica*, que informava já haver no local a instalação de fios de alta tensão há mais de seis meses, sem que a ligação elétrica fosse efetuada. Esta queixa e o abaixo-assinado citado anteriormente foram elaborados em um intervalo de sete meses. Como as assinaturas não estão disponíveis no ofício e não há os nomes dos moradores na reclamação do jornal, não foi possível saber se houve moradores(as) que participaram das duas reivindicações. Mas pela movimentação, sabe-se que a população não estava satisfeita com a situação e buscava formas para resolvê-la.

Houve casos em que os problemas de iluminação e das condições das estradas se somaram, como neste, em 1956:

Prezado Senhor Manoel de Menezes (Amigo da pobreza). Venho por meio desta, solicitar um imenso pedido, não só para mim como para as minhas vizinhas, que se acham na mesma situação. O caso é o seguinte: na Rua Lages, a rede de luz não vai até o final, dependendo de 200 a 250 metros. Tendo nestas imediações de 19 a 20 casas, todos esses proprietários são homens que trabalham como diaristas e precisam do auxílio de suas esposas para a manutenção do lar. Todas essas

¹⁸ FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal. **Requerimento, nº 86**. 20 de março de 1953. Ofícios das Prefeituras Municipais para o Governo. Pasta 1952-1953. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

¹⁹ Os ofícios da Câmara Municipal eram destinados ao governador de Santa Catarina. Trata-se de uma documentação diversificada, informando sobre as resoluções das reuniões da câmara. Em alguns desses ofícios, havia pedidos de auxílio para sanar problemas de bairros de Florianópolis. Alguns destes requerimentos eram intermediários entre a população e o governo estadual, encaminhados por um vereador e aprovados por toda a Câmara.

senhoras vivem da lavação, como o senhor bem sabe. De dia é para lavar e à noite é que se engoma, passa-se a roupa e prepara-se a mesma para entregar. Carvão já é difícil encontrar. Além de tudo isto a rua é péssima, tão cheia de pedras e buracos que bem há pouco tempo uma dessas senhoras, quando foi fazer a entrega de suas roupas partiu uma perna, o que causou grande incômodo a sua família e condeou a vizinhança. Venho, assim, em nome de todas essas senhoras, fazer um apelo a V.S. como pessoa que sabe reconhecer o sacrifício de um lar pobre, afim de conseguir com o senhor Dr. Governador do Estado ou com o Engenheiro da Companhia para que seja levada a rede até as dimensões que acima escrevi, para que se torne mais fácil a puxada da luz para as nossas casas. Pois que, só o medidor e a instalação já representam para nós um grande sacrifício e grande esforço que havemos de fazer para melhoria de nossa vida. Acredito que V.S não deixará de atender o meu pedido e que Deus há de lhe dar a recompensa pelos grandes benefícios que o senhor vem presenteando ao nosso povo. Antecipadamente agradeço-lhe. Assinado: Araci Bittencourt.²⁰

A rua em questão localizava-se no Morro da Caixa d'Água, no maciço do Morro da Cruz. Na década de 1950, a energia elétrica só chegava às regiões mais baixas do Morro, deixando boa parte da população do local sem acesso ao serviço. Araci Bittencourt demonstrou em sua carta como era o cotidiano de muitas mulheres que ali residiam. O trabalho de lavadeira era comum entre as mulheres mais pobres, uma maneira de auxiliar no sustento da casa. Nos casos de mulheres que criavam seus filhos sozinhas, era um ganha-pão sem a necessidade de se ausentar por muitas horas do lar.

A carta chegou às mãos de Manoel de Menezes por meio de “uma comissão de senhoras, residentes na Rua Lages, nesta capital, [que] procurou há dias nosso diretor, jornalista Manoel de Menezes, em sua residência, para relatar as enormes dificuldades porque atravessam os moradores daquela via pública”.²¹ Nesse sentido, percebe-se que a influência de “um jornal do povo e para o povo” era totalmente personalizada na figura de Menezes, visto que a interação entre a reclamante e o periódico ultrapassou o espaço público da redação, para ser efetuada diretamente na residência do jornalista. Essa centralização do propósito do jornal no proprietário foi algo construído pelo próprio jornalista, tanto pelo conteúdo quanto pela linguagem utilizada no periódico. O fato de a demanda da moradora ter endereço certo – a casa de Menezes – indica sua noção de a quem recorrer para sanar os problemas.

Essa situação não foi a única em que os problemas de iluminação se associavam às péssimas condições das estradas. O índice total de queixas sobre o problema na

²⁰ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. As lavadeiras estão desesperadas: partiu a perna por falta de luz. **A Verdade**. 11 de outubro de 1956. s/p.

²¹ Ibidem.

pavimentação das ruas foi de 17,81% e concentraram-se no ano de 1954, que chegou a ter 40% do total das reivindicações sobre o tema. As queixas vinham essencialmente da região do centro da cidade e dos bairros do Continente. Em 1950, Florianópolis possuía 226 logradouros, apenas 30% eram pavimentados com paralelepípedos e 55% possuíam iluminação (BRASIL, 1952). Uma forma de alterar essa realidade partia dos próprios moradores que buscavam resolver os problemas de seus bairros. Em uma extensa reportagem do dia 29 de março de 1954, Manoel de Menezes fez uma denúncia sobre as condições da Rua Servidão Sanford, rua sem saída em um morro no bairro Estreito. Após várias reclamações de moradores, o jornalista e membros de sua equipe foram até o local verificar a situação e encontraram vários operários trabalhando para alargar a rua. Um dos operários, que ali residia, contou ao jornalista que sua esposa esteve gravemente doente, precisou carregá-la nas costas, já que não havia condições de carros chegarem até o local. O operário afirmou que o caso não foi isolado, pois outros trabalhadores fizeram o mesmo quando algum familiar adoeceu. Após diversos reclamos sem resposta da prefeitura, os residentes da Servidão Sanford resolveram fazer as obras de melhorias na rua por conta própria. Todo o material utilizado para o alargamento do logradouro pertencia aos moradores, inclusive o caminhão de transporte de barro, propriedade de José Luís Miranda, residente na rua.²²

Havia um contraste entre o que as pessoas entendiam ser direito delas e a realidade material que de fato encontravam no seu cotidiano, sendo que em alguns casos, esse descompasso impulsionava ações para modificar o cenário no qual viviam. Os mutirões são exemplos concretos de agência das pessoas frente às condições às quais eram submetidas. Todos os casos analisados aqui se referem a diversas maneiras de reivindicar algum direito, mesmo as reclamações efetuadas no jornal, pois em algumas situações, a denúncia pública sobre a ausência de um direito resultou em sua conquista.

O comportamento de sanar os problemas coletivos de responsabilidade do Estado por vias próprias, através de mutirões de moradores, não esteve presente apenas nesses casos isolados e nem somente em Florianópolis. As condições da vida urbana eram hostis para a classe trabalhadora, eram vários os contextos em que as próprias pessoas precisavam prover sua sobrevivência, como no caso da moradia, caso emblemático nesse cenário. Muitos domingos de descanso foram trocados pelo trabalho na construção de suas próprias residências ou auxiliando vizinhos e amigos nesse serviço. O relato de Higino

²² BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. De pá e picareta: a noite. **A Verdade**. 29 de março de 1954, s/p.

Novaes demonstra uma das maneiras que estes mutirões ocorriam. Residente na Rua Irmão Joaquim (uma das ruas de ligação da Avenida Mauro Ramos com o Morro da Cruz), ele era marceneiro e trabalhava em uma madeireira de Florianópolis. Ao relembrar o cotidiano de seu trabalho na década de 1950, afirmou que havia então mais companheirismo entre os colegas de trabalho. A solidariedade e ajuda nas construções das casas foi o exemplo que utilizou. O trabalho na construção ocorria aos domingos, com as madeiras compradas na própria madeireira. Para facilitar o serviço, já cortavam as madeiras no tamanho necessário para a edificação das casas antes de realizarem a entrega do produto.

Voltando aquela história da casa, que se fazia mutirão. Então a gente fazia, chegava domingo e a casa ficava quase pronta, porque iam dez, quinze pessoas, um botava aqui, o outro botava ali, só ficava a janela para botar depois, então o homem já tinha um ranchinho no terreno.²³

A segurança de ter um local para residir com a família, mesmo que não atendesse às condições básicas de uma habitação, caracteriza-se como uma questão fundamental na vida desses(as) trabalhadores(as). O caso de Higino não era isolado; Camilo Buss Araújo (2006) analisou esses mutirões no Morro da Caixa d'Água. Além do trabalho árduo de levantar estruturas e paredes da casa, havia o violão, a gaita e pandeiro dos moradores que se reuniam, em uma maneira de se articular em meio à precariedade das condições materiais. A mesma situação foi demonstrada por Paulo Fontes (2008), no distrito operário de São Miguel Paulista (São Paulo), que se desenvolveu principalmente com a construção da fábrica Nitro Química, na qual a maioria dos(as) moradores(as) do bairro trabalhavam. Os mutirões para construção de casas ocorriam ali com frequência.²⁴ Mesmo assim, o aluguel ainda era a principal alternativa de habitação (BONDUKI, 2004).

A lógica de autoconstrução das moradias faz parte de um processo que Lúcio Kowarick chamou de *espoliação urbana*, que se caracteriza como:

a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta (KOWARICK, 2009, p. 22).

²³ NOVAES, Higino Francisco. **O Olhar do Operário**. [ago, 2003]. Entrevistadora: Andréia Pacheco. Laboratório de História Oral - UFSC.

²⁴ Além dos mutirões, Fontes verificou uma complexa organização dos trabalhadores do bairro, tanto para reivindicação do espaço urbano, quanto para o ambiente de trabalho. O bairro era o principal palco para as lutas.

A autoconstrução é o grande exemplo inicial utilizado pelo autor para definir a espoliação urbana, situação que ia além da exploração nos locais de trabalho, pois para a construção da casa própria, o trabalhador necessitava ampliar o tempo de trabalho, como no caso de Higino, que nos dias de folga ajudava seus colegas neste serviço. O exercício da autoconstrução da casa, segundo Kowarick, precisa ser entendido como alternativa altamente espoliativa, que demanda energia e condições físicas, bem como mão de obra de parentes ou amigos para ajudar na tarefa. Esta situação retira do Estado a responsabilidade de prover uma das condições básicas para a existência: a moradia.

A casa própria, mesmo que em condições precárias, traz segurança ao trabalhador(a), principalmente em momentos de adversidade, ao contrário do que ocorre com uma moradia de aluguel, caracterizada sobretudo pela instabilidade. A casa própria também possui um significado simbólico, pois a segurança material vem acompanhada de um "passaporte de boa conduta", denotando a ideia de alguém que trabalhou e venceu na vida, contrastando com aqueles(as) que vivem nos ambientes insalubres e promíscuos dos cortiços e favelas (KOWARICK, 2009, p. 30).

A noção de *espoliação urbana* engloba todas as facetas da vida na cidade, incluindo fornecimento de bens de consumo coletivo, abastecimento de água, energia elétrica, calçamento, transporte coletivo, escolas e hospitais. O Estado exerce papel fundamental nesse processo, pois o investimento que injeta no tecido urbano é fator de valorização dos espaços. Nesse caso, o Estado também se torna "ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação social" (KOWARICK, 2009, p. 58). Tal dinâmica imperou na maneira como a capital catarinense expandiu sua malha urbana, produzindo novas zonas de periferia, desprovidas de benfeitorias básicas por conta da disparidade de investimentos entre as localidades, como no caso de regiões como a Península Norte e, posteriormente, o Norte da Ilha. Os projetos urbanos da década de 1950 para a capital previam condições apropriadas para a recepção de turistas, antes mesmo que a cidade as garantisse aos próprios habitantes.

Contudo, os elementos de definição da *espoliação urbana* não se restringem apenas à ausência ou precariedade de serviços coletivos, também dizem respeito a uma construção histórica, resultante de lutas sociais, do que uma categoria, grupo ou classe considera como seus direitos e que não estão sendo atendidos. Nesse sentido, a *espoliação urbana* só pode ser compreendida como um processo que se alimenta de um sentimento coletivo de exclusão, de que algo socialmente necessário - um bem material ou cultural - está faltando (KOWARICK, 2009, p. 107). As reclamações realizadas em *A Verdade* demonstravam esse fenômeno, no qual os(as) moradores(as) identificavam essa "somatória de extorsões" -

retirada de direitos - e reivindicavam.

A maior parte dos déficits urbanos de Florianópolis retratados no periódico ocorreram principalmente nos pontos de expansão dos limites urbanos. As queixas sobre saneamento básico seguiram a mesma lógica. Com 17,24%, as reivindicações sobre o tema apareceram durante todo o período de circulação do jornal, sobretudo aquelas relacionadas ao abastecimento de água e esgoto. O desabastecimento de água ocorria na cidade desde o início do século XX, atingindo então menos pessoas, pois o serviço se estendia a uma minoria. As primeiras obras para canalização de água foram executadas na década de 1910 e localizavam-se no alto do Morro da Cruz, atendendo a uma extensão ínfima da região central da capital (DIAS, 1947, p. 13). O serviço passava ao largo de muitas regiões da cidade, a começar pelo próprio local onde o reservatório estava instalado, o Morro da Caixa d'Água, que passou a receber água encanada apenas na década de 1980 (SANTOS, 2009, p. 591-2). O déficit da rede hidráulica foi o problema mais citado nos ofícios da Câmara na década de 1950. A gravidade era tal que, em fevereiro de 1955, o posto de saúde do bairro Saco dos Limões encerrou temporariamente suas atividades pela falta de água.²⁵ Ao problema somavam-se a falta de energia elétrica, as péssimas condições das estradas, o deficiente transporte público e outros bens de consumo coletivo ausentes.

Nesse sentido, além de fornecer subsídios para entender de que forma a imprensa foi utilizada como canal de politização das demandas cotidianas, as queixas publicadas em *A Verdade* também auxiliam na identificação dos problemas urbanos recorrentes na cidade, e em quais locais se concentravam.

Uma característica comum nas cidades brasileiras é o aumento populacional vir acompanhado da valorização da região central, com o conseqüente encarecimento dos valores. Os locais acessíveis às pessoas mais pobres são os mais precários em termos de infraestrutura. Geralmente distantes dos centros urbanos, explicitam outro aspecto da espoliação urbana: a mobilidade. O deslocamento da classe trabalhadora só se torna possível com a disseminação dos ônibus (SUGAI, 1994.). O transporte coletivo apresentava-se como um problema em diferentes centros urbanos do país, e Florianópolis seguia a mesma linha. Aparece como o segundo tema mais frequente entre as queixas publicadas em *A Verdade*, ficando atrás apenas das reclamações sobre o custo dos gêneros alimentícios. Os relatos descreviam a lotação e a precariedade dos ônibus, o (mau) atendimento dos funcionários, a

²⁵ FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal. **Requerimento, nº 5**. 16 de fevereiro de 1955. Ofícios das Prefeituras Municipais para o Governo. Pasta 1955 - Jan/Dez. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

quantidade insuficiente de transporte em determinadas regiões, horários não respeitados e os preços das passagens.

O relato de João Amorim Lisboa ao periódico é exemplar. Morador do bairro Capoeiras, em junho de 1954 dirigiu-se ao balcão do periódico, irritado e cansado de ter que empurrar o ônibus. Segundo ele, tiveram que empurrar o veículo pela Rua Felipe Schmidt, e mesmo assim o motor não funcionou. Não se tratava de uma situação isolada, pois os ônibus de Capoeiras e do Estreito eram “carros velhos, caindo aos pedaços, chovendo dentro e constantemente enguiçando por toda parte”.²⁶ A queixa foi finalizada com a seguinte nota do periódico: “isso é mais que vergonhoso, ainda mais numa capital de Estado! É preciso que alguém tome uma medida a favor do povo, que não está aí para pagar passagens e depois ter de empurrar essas latas velhas, que já deveriam estar no depósito de ferro velho”.²⁷

Em setembro de 1952, foi a vez de um grupo de moradores(as) do bairro Capoeiras procurar a redação do jornal para reclamar contra a empresa responsável pelo transporte coletivo do local. Diariamente, a lotação era excedida nos horários de final de expediente e não raras vezes transportavam o dobro permitido de passageiros. Os(as) usuários(as) da linha demonstravam preocupação com a segurança, principalmente após um acidente dias antes de efetuarem a queixa: a roda do ônibus se soltou enquanto o veículo cruzava a ponte Hercílio Luz. Ninguém se feriu, porém, o corrido poderia ter sido trágico e se repetir.²⁸

Os aumentos nas passagens também foram motivo de descontentamento e diversas reclamações. Uma carta anônima publicada em abril de 1956 trazia um protesto contra o aumento das passagens autorizado pela COAP na linha Barreiros, com definição de valor único. Antes da mudança, havia valores diferentes em função de cada trajeto, mas agora mesmo quem fizesse viagens mais curtas pagaria o valor integral.²⁹ Em janeiro de 1957, um grupo de moradores(as) do Estreito escreveu uma carta ao prefeito Osmar Cunha (PSD), com cópia enviada a Manoel de Menezes. A carta reclamava do novo aumento das passagens e cobrava uma posição do prefeito sobre o assunto.³⁰ Também manifestaram

²⁶ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Amontoados de latas velhas: os passageiros são obrigados a empurrar o ônibus. **A Verdade**. 21 de junho de 1954, p. 6.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. O Povo Reclama. **A Verdade**. 26 de setembro de 1952, s/p.

²⁹ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Vivem no inferno os moradores do Estreito. **A Verdade**. 03 de abril de 1956, s/p.

³⁰ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. O único jornal que defendeu o povo do Estreito, foi “A Verdade”. **A Verdade**. 12 de janeiro de 1957, s/p.

descontentamento com as condições gerais dos coletivos da empresa Transcontinental, que servia o Continente. Na carta coletiva, os(as) moradores(as) pontuaram: “se utilizássemos os ônibus da Empresa Florianópolis, não haveria razão para reclamarmos, eis que o aumento concedido a esta empresa se traduz em ônibus novos, confortáveis, limpos e acima de tudo, subordinados a um horário que é cumprido com presteza e eficiência”.³¹

De acordo com os dados das reclamações, essa revolta não parece exagerada, mais de 60% das queixas sobre transporte coletivo provinham dos bairros continentais de Florianópolis. Estes eram próximos à região central, uma boa opção de moradia para as pessoas que não desejassem se distanciar do centro, mas não quisessem se estabelecer no Morro da Cruz.

O transporte coletivo é um dos fatores cotidianos que mais impactam a vida dos(as) moradores de regiões mais afastadas do centro da urbe. Somado às precariedades das políticas públicas, o déficit na mobilidade fica em destaque por conta da necessidade de deslocamento para se chegar ao trabalho, escola ou atendimento médico. Dentro desse contexto, além do tempo do trajeto, torna-se necessário lidar com a fragilidade e a insegurança do serviço. Diversas reclamações apontavam o desrespeito das empresas quanto aos horários, gerando atrasos no trabalho; a situação fazia com que os(as) trabalhadores(as) saíssem ainda mais cedo de casa para não correrem o risco de novos atrasos. A necessidade de afastamento do local de trabalho, a maior demanda por transporte público e a precariedade do serviço imprimiam outro ritmo de vida e hábitos à população, como deixar de almoçar em casa por conta da falta de ônibus naquele horário ou pela distância entre casa e trabalho.³²

A economia que muitos(as) faziam quando se decidiam por morar nas regiões periféricas da capital era acompanhada de um ônus social alto. A falta de infraestrutura e de serviços públicos eram condições marcantes nesses locais aos quais a classe trabalhadora conseguia ter acesso. Um dos aspectos desse ônus social era a distância entre as residências e o centro, onde se concentravam os locais de trabalho. Isso aumentava consideravelmente o tempo dedicado ao trabalho, pois além das oito horas trabalhadas eram necessárias algumas outras no trajeto (KOWARICK, 2009, p. 28).

³¹ *Ibidem.*

³² BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Vivem no inferno os moradores do Estreito. **A Verdade**. 03 de abril de 1956, s/p.

Considerações Finais

A pesquisa no jornal *A Verdade* possibilitou o levantamento de um quadro rico sobre as demandas de uma parcela da classe trabalhadora urbana de Florianópolis. Os problemas reclamados pela população referiam-se à infraestrutura da cidade. O acesso a esses recursos eram formas de as pessoas exercerem sua cidadania, como morar em ruas com condições mínimas de tráfego e iluminação, em bairros com saneamento básico, conseguir colocar comida na mesa e ter acesso ao transporte público. Esses são alguns dos direitos à cidade que as pessoas percebiam sendo negados a elas; a partir disso, traçaram estratégias para conquistá-los.

As pessoas estavam envolvidas com as pautas urbanas, falavam sobre isso umas com as outras e denunciavam os problemas em um jornal que dava visibilidade ao tema. Ao reclamar sobre problemas coletivos em *A Verdade*, a classe trabalhadora tornava pública uma questão local e encorajava outras pessoas a fazerem o mesmo, com isso, essas pautas eram discutidas em diferentes cantos da cidade e entravam para o debate público. É inegável que essas queixas eram parte da agência da classe trabalhadora por melhores condições de vida, num contexto de precarização. Apesar das limitações de um periódico com interesses mais ligados à classe dominante, foi um meio de comunicação importante para as pessoas reivindicarem e tornarem suas demandas públicas.

Nesse sentido, através das reclamações foi possível elaborar um panorama sobre as dinâmicas nos espaços da cidade. Elas fornecem informações importantes sobre o que a população de Florianópolis pensava a respeito de algumas políticas públicas naquele momento.

Referências

- ARAUJO, Camilo Buss. **Os pobres em disputa**: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis - anos 1950 e 1960. 2006. Dissertação (Mestrado) - História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- AREAS, Daiana Maciel. Imprensa e política na década de 1950: o caso do Correio da Manhã. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 15, 2012. São Gonçalo. **Anais...** ANPUH-RJ, 2012. p. 2.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. SP, Ática, 1990.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano XI. 1950.
- BRASIL. **Lei nº 1522**, de 26 de dezembro de 1951. Rio de Janeiro, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1522-26-dezembro-1951-362020-norma-pl.html>. Acesso em 8 ago. 2019.
- DIAS, Wilmar. Florianópolis: Ensaio de Geografia Urbana. In: DEGC: **Boletim Geográfico**, Florianópolis, Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, ano 1, n. 2. Julho, 1947.
- DUARTE, Adriano Luiz. **O Direito à cidade**: trabalhadores e cidadãos em São Paulo (1942/1953). São Paulo: Alameda, 2018.
- FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista, 1945-66. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LOBATO, Sidney da Silva. Fome e táticas alimentares no cotidiano dos trabalhadores do Macapá (1944-1963). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-NATAL. 27, 2013, Natal. **Anais...** Natal, 2013.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). *Rev. Brasileira de História*. São Paulo, vol. 27, n.53. Jan/Jun 2007.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Artífices do Futuro**: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980). Florianópolis: Insular, 2016.
- MATOS, Alexandre Pena. **Transformações para uns, desocupação para outros**: as

reclamações da população nos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias em Porto Alegre, 1928-1935. Passo Fundo, 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo. 2012.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (Orgs.). **O Brasil republicano**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 181-211.

NETO, Sydenham Lourenço. Modernização, crise e protesto popular: a questão do abastecimento nos anos 50. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011.

PUREZA, Fernando Cauduro. **“Isso não vai mudar o preço do feijão”**: as disputas em torno da carestia em Porto Alegre (1945 a 1964). 2016. Tese (Doutorado) - História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PUREZA, Fernando Cauduro. O crime da carne: a lei de economia popular e os açougueiros em Porto Alegre (1952-1959). *Revista Outubro*, n. 26, julho de 2016b, p. 195-219.

RAMOS, Bruna H. B. de Aguiar. Leite podre no Recife: os hábitos mudam, as águas do recife não. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL. 10, 2010, Recife. **Anais...** Recife, 2010.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro**: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. 2009. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, Eduardo. **As Queixas do Povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Paula Elise Ferreira. **A questão feminina no PCB (1925-1956)**: as mulheres na cultura política comunista. Tese. (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano**: a via de contorno norte-IIha. 1994. 2v. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e história social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.